**CRISTIANE ALMEIDA DA MATA**

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

**GOIÂNIA**

**2020.2**

**CRISTIANE ALMEIDA DA MATA**

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

Monografia elaborado para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

**Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo de Oliveira.**

GOIÂNIA

2020.2

**CRISTIANE ALMEIDA DA MATA**

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Prof.(ª) Convidado(a): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Apresentação Oral: (até 3,0) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Nota Final \_\_\_\_\_\_\_\_ ( )

Goiânia, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020

**DEDICATORIA**

Dedico esta conquista em primeiro lugar а Deus que possibilitou e iluminou о meu caminho durante está caminhada. Ao meu esposo, minhas filhas, minha mãe e minha família pela capacidade de acreditar, apoiar е investir em mim.

**AGRADECIMENTOS**

Ao professor orientador Antônio Evaldo, que teve paciência е que me ajudou bastante a concluir este trabalho, agradeço também aos meus professores que durante muito tempo me ensinaram е que me mostraram о quanto estudar é bom;

 As minhas amigas do curso de pedagogia que sempre estiveram presentes nesta jornada, muitas delas levarei comigo para a vida.

“As ciências têm as raízes amargas, porém os frutos são doces”.

(Aristóteles)

**A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS**

Cristiane Almeida da Mata[[1]](#footnote-1)\*\*

Antônio Evaldo Oliveira[[2]](#footnote-2)\*\*\*

**RESUMO**: O foco principal deste artigo fundamenta-se em disponibilizar algumas considerações importantes acerca do lúdico, das brincadeiras e dos jogos na aprendizagem e desenvolvimento da criança na Educação Infantil. A partir de Oliveira, Kishimoto, Grougère e outros teóricos, buscou-se direcionar que o brincar e os jogos são uma das atividades fundamentais para a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito. A criança ativa sua imaginação e criatividade quando participa de alguma atividade lúdica, que reflete a sua forma de pensar, sentir e agir. Os jogos e as brincadeiras são atividades prescindíveis para a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas habilidades, tais como a atenção, a memória, abstração, imaginação, entre outras. Para uma boa aprendizagem e desenvolvimento da criança, é necessário que a atividade lúdica seja prazerosa, espontânea e livre.

**Palavras-chave:** A Educação dos Anos Iniciais. A História e o Processo da Educação Infantil. A Educação, Aprendizagem e o Lúdico.

**SUMÁRIO**

[INTRODUÇÃO 8](#_Toc58522304)

[CAPITULO 1 - EDUCAÇÃO INFANIL: História, Processo e Evolução 13](#_Toc58522305)

[1.1 A Educação Infantil na Europa no Século XX 13](#_Toc58522306)

[1.2 Os Primeiros Passos da História da Educação Infantil no Brasil 16](#_Toc58522307)

[CAPITULO 2 - A IMPORTANCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIAZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS 24](#_Toc58522308)

[2.1 Literatura, brincando com as palavras 24](#_Toc58522309)

[2.2 O desenvolvimento da imaginação e da criatividade da criança nos anos iniciais 26](#_Toc58522310)

[2.3 O jogo, brinquedo e brincadeiras no contexto da educação da criança nos anos iniciais 28](#_Toc58522311)

[2.4 A Importância do brincar e do brinquedo para a criança na educação infantil 32](#_Toc58522312)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 39](#_Toc58522313)

[REFERENCIAS 41](#_Toc58522314)

# INTRODUÇÃO

Para compreender a importância do lúdico na educação infantil, a fim de compreender as contribuições que o brincar oferece para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança nos anos iniciais, tanto na Europa como no Brasil, é necessário descrever o processo histórico da educação infantil desde o início até os dias atuais. Essa evolução se deu a partir do valor que foi atribuído à criança pequena (sujeito de direitos e deveres), com isso o lúdico ganhou um grande destaque no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças tanto no aspecto cognitivo, social e cultural.

As práticas pedagógicas aliadas com jogos, brincadeiras e o brinquedo, promovem a aprendizagem de regras e limites, esses fatores são essenciais para a vida da criança, desde o nascimento, esses aspectos passam a ser incorporados tanto na vida familiar, escolar e social. O lúdico contribui com o desenvolvimento das crianças por meio dos jogos, que ativa a imaginação e a ação. A criança precisa de tempo e de espaço para trabalhar a construção do real pelo uso da fantasia. De acordo com Kishimoto (2007), ao se permitir a ação intencional, a afetividade, a construção de representações mentais, a cognição, a manipulação de objetos e o desempenho de ações sensório-motoras, o aspecto físico, e as trocas nas interações o aspecto social, o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil

Na educação infantil, o brincar é muito importante no desenvolvimento cognitivo e na socialização das crianças. Nos jogos e nas brincadeiras, as crianças são favorecidas: no processo de desenvolvimento, na aprendizagem, na linguagem, na socialização, na forma de expressão, na aquisição de conhecimentos, na aquisição de valor, na autonomia, na construção da identidade e na construção da sua realidade.

Durante muitos séculos na Europa, a Educação Infantil não tinha lugar de destaque, as crianças eram consideradas como adultos em miniaturas, a infância era negada, deixando a educação dos pequenos na responsabilidade das famílias, havia um alto índice de mortalidade. O processo de construção da Educação Infantil teve participação de vários filósofos, escritores, educadores entre outros estudiosos que contribuíram gradativamente para o desenvolvimento das teorias da educação dos pequenos com o objetivo de acabar com as práticas de assistencialismo.

No Brasil não foi diferente, a criança pequena não tinha destaque na sociedade, o cuidado desses pequenos era responsabilidade de algumas instituições de caráter assistencialista e religioso, essa situação agravou-se com a abolição da escravatura no país, gerando uma grande migração para a zona urbana, com isso, houve um acréscimo no número de crianças abandonadas. Com tudo isso a criança estava desamparada e jogada ao destino, nessa época, o brincar não tinha importância para a aprendizagem e desenvolvimento dos pequenos já que eles também não possuíam valor. A partir deste contexto apresentado, esta pesquisa levantou o seguinte questionamento para ser investigado: Qual a importância do lúdico para a aprendizagem da criança nos anos iniciais?

O lúdico é muito importante para o ser humano em todas as fases da vida. As brincadeiras e os jogos transcendem a função de diversão, pois, com o lúdico fica mais fácil atingir a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, social e cultural. Com as brincadeiras e os jogos, as crianças aprendem e se desenvolvem a partir das regras, das interações e dos papeis sociais que contribui para a aquisição da autonomia exercitando a atenção, a memória e a imaginação.

No entanto, é relevante discutir sobre essa temática com base em grandes teóricos da educação e de outras áreas de conhecimento cientifico, que contribuem com várias teorias que exaltam a importância do lúdico na aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. Esta pesquisa destaca como objetivos a serem alcançados: destacar a importância do lúdico para a aprendizagem da criança nos anos iniciais; historiar o processo da educação nos anos iniciais; compreender a evolução da educação dos anos inicias no Brasil; compreender a importância do lúdico na aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos anos iniciais, por último, identificar as contribuições dos jogos e brincadeiras para a aprendizagem dos alunos em sala de aula nos anos iniciais.

Como metodologia optou-se pelo estudo do tipo bibliográfico descritivo - exploratório. O estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo - exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno - objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno, (SEVERINO, 2016).

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. O que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, (MINAYO, 2014).

Esta pesquisa de cunho bibliográfico foi estruturada em dois capítulos, sendo que no Capitulo I, intitulado: A Educação Infantil: História, Processo e Evolução, descreve o processo histórico da evolução da educação infantil na Europa no século XX, com a contribuição de vários estudiosos e escritores, consequentemente apresenta os primeiros passos da história da educação infantil no Brasil.

No processo da construção da educação infantil durante o século XX na Europa, vários filósofos, escritores, educadores e estudiosos contribuíram gradativamente para o desenvolvimento das teorias da educação nos anos iniciais. Com a intenção de acabar com as práticas de assistencialismo das crianças pobres e abandonadas, eles buscaram uma forma de colaborar com o desenvolvimento humanizado, tendo em vista, as crianças pequenas como sujeito de direitos. Autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Frobel e Montessori, entre outros, estabeleceram as bases para um sistema de ensino mais centrado na criança, muitos deles eram compromissados com questões sociais relativas as crianças que vivenciavam situações sociais críticas (órfãos de guerra, pobreza) e cuidaram de elaborar propostas de atividades em instituições escolares que compensassem eventuais problemas de desenvolvimento.

A educação infantil europeia ainda teve a colaboração de médicos e sanitaristas na orientação do atendimento das crianças fora da família. No pôs guerra era grande o número de órfãos e a deterioração ambiental, necessitava-se de cuidado e de higiene para combater o alto número de mortes infantis. Entre os médicos mais citados temos a médica psiquiatra italiana Maria Montessori, responsável por diminuir o mobiliário das crianças e o médico belga Ovídio Decroly, que trabalhava com crianças excepcionais e defendia a tese que a criança aprende a partir de um objeto concreto e complexo onde ela possa fazer relações e sínteses pessoais. A educação infantil teve grandes contribuições do campo da psicologia para a compreensão de como promover o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças pequenas.

Já no Capítulo II, com o título: A importância do lúdico para a aprendizagem nos anos iniciais, descreve a contribuição do lúdico na literatura, por meio dos poemas, contos e histórias infantis a criança ativa sua imaginação e a abstração e desenvolvem a linguagem. Ainda nesse capitulo, será possível estudar o desenvolvimento da imaginação e da criatividade das crianças e dos jogos, e as contribuições dos brinquedos e das brincadeiras no contexto da educação da criança nos anos iniciais.

No Brasil a criança pequena passava despercebida pela sociedade, não tinha valor. No início do século XVIII, as crianças eram acolhidas por algumas instituições religiosas com caráter assistencialista (rodas dos expostos), sem finalidade educativa. Já no século XIX, com a abolição da escravatura, os filhos dos escravos já não possuíam um local para viver, o que seria uma conquista, acabou tornando-se um grande problema para a sociedade devido ao grande número de crianças abandonadas e a forte migração para a zona urbana das grandes cidades crescia descontroladamente a quantidade de crianças sem educação e um local apropriado para elas.

 Ao longo do tempo houve vários manifestos de vários grupos sociais em busca dos direitos das crianças pequenas, esses movimentos almejavam uma educação apropriada para desenvolver o sujeito em sua totalidade, um local seguro, limpo, adequado e com alimentação. O processo de evolução da educação infantil no Brasil foi gradativo conquistado por meio de diversas lutas sociais; mães, imigrantes e trabalhadores. Com o passar do tempo várias leis foram criadas para garantir o direito a educação de todas as crianças pequenas. Surgiram as creches e pré-escola com o objetivo de aumentar as experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Acredito que com a realização desta pesquisa os meus conhecimentos sobre esta temática foram ampliados. Estudar essa temática é de grande relevância para a formação dos docentes, pois, por meio da atividade lúdica, dos jogos, brincadeiras, historias, músicas entre outros, vão auxiliar e potencializar o desenvolvimento das crianças nos diferentes aspectos; cognitivo, físico, psicológico, motor e social, abrindo caminho para a autonomia, criatividade, exploração dos significados e sentidos. Citando a Oliveira (2011), a mesma afirma que a brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais.

Portanto, esta etapa da educação básica deve ser compreendida e desenvolvida de forma que as crianças sejam vistas e educadas como sujeitos de direitos, que desenvolvam a autonomia e capacidade cognitiva, físico e social de acordo com suas especificidades. É no brincar e talvez apenas no brincar que a criança ou o adulto fluem sua liberdade de criação, se tornando um adulto mais social.

# CAPITULO 1 - EDUCAÇÃO INFANIL: História, Processo e Evolução

## 1.1 A Educação Infantil na Europa no Século XX

Durante muitos séculos a educação infantil não tinha lugar de destaque, as crianças pequenas eram consideradas como adultos em miniaturas, a infância era negada, a educação dos pequenos ficava na responsabilidade das famílias, havia um alto índice de mortalidade, quando elas completavam sete anos iniciavam-se nas atividades de trabalho junto com os pais. Nessa época as crianças abandonadas eram colocadas nas rodas dos expostos que ficavam a cargo da igreja em sentido assistencialista. De acordo com Oliveira (2011)

As ideias de abandono, pobreza, culpa, favor e caridade impregnam, assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e por muito tempo vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da educação infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família, (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

No processo da construção da educação infantil vários filósofos, escritores, educadores e outros estudiosos contribuíram gradativamente para o desenvolvimento das teorias dessa modalidade, com a intenção de acabar com as práticas de assistencialismo para crianças pobres e abandonadas, esses colaboradores buscaram uma forma de contribuir com o desenvolvimento humanizado, tendo em vista as crianças pequenas como sujeito de direitos. Autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Frobel e Montessori, entre outros, estabeleceram as bases para um sistema de ensino mais centrado na criança. Muitos deles eram compromissados com questões sociais relativas as crianças que vivenciavam situações sociais críticas (órfãos de guerra, pobreza) e cuidaram de elaborar propostas de atividades em instituições escolares que compensassem eventuais problemas de desenvolvimento.

Embora com ênfases diferentes entre si, as propostas de ensino desses autores reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diversas dos adultos, como o interesse pela exploração de objetos e pelo jogo, (OLIVEIRA, 2011).

A educação infantil europeia contou com a colaboração de médicos e sanitaristas no início do século XX para orientar o atendimento das crianças fora da família. Nesse período pôs guerra era grande o número de órfãos e a deterioração ambiental, necessitava cuidado de higiene para combater o alto número de mortes infantis.

O médico belga Ovídio Decroly (1871-1932) trabalhava com crianças excepcionais, ele acreditava que as atividades didáticas contribuíam para a totalidade do funcionamento psicológico e no interesse da criança. Ele defende que a criança aprende a partir de um objeto concreto e complexo onde ela possa fazer relações e sínteses pessoais, o seu trabalho se estrutura em três eixos: observação, associação e expressão. Decroly é conhecido ainda por defender rigorosa observação dos alunos a fim de poder classifica-los e distribuí-los em turmas homogêneas, (OLIVEIRA, 2011).

Já a médica psiquiatra italiana Maria Montessori (1879-1952) também faz parte dos que acreditavam nas propostas sistematizadas para educação infantil no século XX. Ela não aceitava a natureza como o ambiente apropriado para o desenvolvimento infantil, produziu uma metodologia de ensino com o uso de materiais apropriados estabelecidos como recursos educacionais, apresentava uma pedagogia científica da criança, mas com uma preocupação no desenvolvimento da espiritualidade.

Ressaltando o aspecto biológico do crescimento e desenvolvimento infantil, Montessori teve como marca distintiva a elaboração de materiais adequados à exploração sensorial pelas crianças e específicos ao alcance de cada objetivo educacional. Seu material didático buscava fazer um detalhamento rigoroso do conteúdo a ser trabalhado com as crianças e previa exercícios destinados a desenvolver, passo a passo, as diversas funções psicológicas, (OLIVEIRA, 2011, p. 75).

Montessori pensando na criança pequena valorizou a diminuição do mobiliário escolar e os objetos domésticos do cotidiano para as crianças brincar de casinha estimulando a coordenação motora no cuidado pessoal e para a educação dos sentidos e da inteligência. Ainda no século XX, podemos destacar o movimento das Escolas novas, surgido após a primeira guerra mundial apostava na salvação social pela educação, o movimento não aceitava que a escola preparasse a criança para a vida com uma visão centrada no adulto.

Para Oliveira (2011), a aprendizagem não se faria pela recepção passiva de conteúdos já formulados, mas pela atividade da criança em experimentar, pensar e julgar, especialmente em pequenos grupos. A educação infantil teve grandes contribuições do campo da psicologia para a compreensão de como promover o desenvolvimento das crianças pequenas, citar alguns psicólogos que foram importantes nesse processo como: Vygotsky, nas décadas de 1920 e 30, Wallon com o destaque da afetividade, Celestin Freinet (1896-1966) educador que renovou as práticas pedagógicas de seu tempo. Já na década de 1950 após a segunda guerra mundial surgiu uma preocupação com as crianças, nesse período havia muitas crianças órfãs da guerra, havia a necessidade de mudanças no contexto social da infância.

Em 1959 a criança passa a ser vista como portadora de direitos expressa na Declaração universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em decorrência da Declaração universal dos Direitos humanos apresentados em 1948. A Europa e os Estados Unidos passam a ser influenciados cada vez mais por teorias que estimulam o desenvolvimento da criança desde o nascimento, devido a isso surge uma expansão dos serviços de educação infantil, a brincadeira passa a ser um recurso de desenvolvimento infantil.

Decorrente do contexto pós-guerra o mercado necessitava da mão de obra das mulheres, devido a esse fato crescia os movimentos feministas que reivindicavam creches para seus filhos, e lutavam por igualdades de oportunidades de trabalhos, com tudo isso, era notório a necessidade de um lugar seguro para os pequenos. Essas mães contaram com grandes contribuições de vários campos científicos, teve-se também ajuda da antropologia e sociologia para pensar a educação infantil, que não parou por aí, com o desenvolvimento das tecnologias ocorreram mudanças nas condições existentes na educação dos pequenos, havia uma preocupação em controlar o ambiente da criança para que assim fosse assegurado o bom desenvolvimento psicológico.

A atual etapa reconhece o direito de toda criança à infância. Trata-a como “sujeito social” ou “ator pedagógico” desde cedo, gene construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação., ser ativo na busca do conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento, (OLIVEIRA, 2011, p. 81).

A situação atual da educação infantil na Europa contém uma variação na forma de educar, e na maneira de treinamento dos educadores em relação de um país a outro. O limite da idade final de atendimento é definido pelo início da escolaridade obrigatória em cada país, o único quesito em comum é a preocupação para quem é a educação infantil? Como organiza-la para ser um processo? de qualidade. Na atualidade espera-se um desenvolvimento integral do sujeito tanto no aspecto físico, intelectual e afetivo.

As crianças pequenas que se beneficiam de um serviço de qualidade tendem a desenvolver mais o raciocínio e a capacidade de solução de problemas, a ser mais cooperativas e atentas aos outros e a adquirir maior confiança em si. Grande parte desses efeitos positivos persistem e contribuem para suscitar-lhes uma atitude positiva com relação à aprendizagem escolar e favorece-las com o sucesso em seus estudos posteriores, (OLIVEIRA 2011, p. 85).

## 1.2 Os Primeiros Passos da História da Educação Infantil no Brasil

Conforme Oliveira (2011), no Brasil a criança pequena não tinha destaque na sociedade, no início do século XVIII a responsabilidade de acolher de forma assistencialista os pequenos abandonados nas rodas dos expostos, ou seja, os sujeitos envolvidos, eram de algumas igrejas, não existia a preocupação de atender crianças com finalidades educativas.

A partir da metade do século XIX veio o período de abolição da escravatura no país, o que seria uma conquista para os escravos acabou tornando-se um grande problema para a sociedade, pois seus filhos já não poderiam ficar nas fazendas onde seus pais trabalhavam, com tudo isso, teve um aumento da migração para a zona urbana das grandes cidades, e a quantidade de crianças abandonadas eram alarmantes.

No final do século XIX, começou um debate sobre os jardins de infâncias que estavam sendo implantados na Europa e nos Estados Unidos, as elites brasileiras aderiram a esse movimento das Escolas novas, o jardim de infância foi bem recebido por alguns setores sócias, porém havia embates em relação esse tema, muitos acreditavam que seria somente para a guarda das crianças e outros afirmavam que teriam benefícios para o desenvolvimento infantil. Outro ponto da polêmica estava na destinação do benefício para crianças pobres e que o jardim de infância não deveria ser mantido pelo poder público. Nesta linha de raciocínio, Oliveira (2011), afirma que,

enquanto a questão era debatida, eram criados, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo, os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas e, apenas alguns anos depois, os primeiros jardins de infância públicos, que, contudo, dirigiam seu atendimento para as crianças dos extratos sociais mais afortunados, com o desenvolvimento de uma programação pedagógica inspirada em Frobel, (OLIVEIRA, 2011, p. 93).

Com a proclamação da República em 1889, o Brasil começou a passar por um processo de grande modernização e industrialização e renovação ideológica. As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho e as crianças não tinham para onde ir. Surgiram então as criadeiras, amas de leite ou mães mercenárias que cuidavam de várias crianças juntas em um mesmo local. Nesse período, aumentou-se o número de mortalidade infantil devido às péssimas condições de higiene nas casas onde as crianças ficavam e também a ausência da mãe tornava a criança mais triste e vulnerável. Segundo Oliveira (2011),

As “criadeiras”, como eram chamadas foram estigmatizadas como “fazedoras de anjos”, em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais e acrescentaríamos hoje- pelos problemas psicológicos advindos de inadequada separação da criança pequena de sua família (OLIVEIRA, 2011, p. 95).

Com a chegada dos imigrantes politizados no Brasil, as indústrias optaram por mão de obra qualificada, esses por estarem em contato com os movimentos ocorridos na Europa reivindicavam aqui no Brasil com muita luta os seus diretos por meio dos sindicatos que eram combatidos pelas associações patronais, alguns empresários foram mudando de opinião e aceitando algumas das reivindicações dos trabalhadores com o intuito de obter uma maior produção de serviço correspondente a satisfação dos empregados. Nesse período foram criadas vilas operarias, clubes esportivos e algumas creches e escolas maternais para os filhos dos operários. As poucas conquistas ocorridas em algumas regiões operarias não se deram sem conflitos. As reivindicações operarias, dirigidas inicialmente aos donos de indústrias, foram sendo, canalizadas para o Estado e atuaram como força de pressão pela criação de creches, escolas maternais e parques infantis por parte dos órgãos governamentais.

Em 1923, a primeira regulamentação sobre o trabalho da mulher previa a instalação de creches e salas de amamentação próximas do ambiente de trabalho e que estabelecimentos comerciais industriais deveriam facilitar a amamentação durante a jornada das empregadas, (OLIVEIRA, 2011).

Em 1923, surgiu um marco importante para educação brasileira, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação que contribuiu para a renovação do pensamento educacional, foi nesse momento que alguns educadores destacaram a pré-escola como educação base do sistema escolar, sugeriu a criação de praças de jogos semelhantes aos jardins de infância de Frobel, nesse momento o foco era as crianças dos grupos sócias de prestígio, surgiam novos jardins e cursos para formar seus professores, nenhum voltado ao atendimento prioritário das crianças das classes populares.

Em 1923, surgiu o Movimento dos Pioneiros a Educação Nova, documento que defendia amplo leque de ponto: a educação como função pública, a existência de uma escola única e da coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino elementar ser laico, gratuito e obrigatório. As intervenções educacionais propostas seriam parede um processo de lua pela cultura historicamente elaborada, (OLIVEIRA, 2011, p. 98).

No governo de Vargas (1930-1945) foi Consolidada Lei do Trabalho - CLT, foi advindo de vários protestos entre trabalhadores e patrões, a lei reconhecia alguns direitos políticos dos trabalhadores, entre eles o atendimento dos filhos das trabalhadoras com objetivo de facilitar a amamentação durante a jornada.

Em 1940 as iniciativas governamentais prosperaram na área da saúde, previdência e assistência. A educação das crianças pequenas era vinculada a questões de saúde. A intenção era combater a moralidade infantil por meio de investimentos filantrópicos para promover o aleitamento materno. Com o tempo as entidades filantrópicas religiosas passaram a receber ajuda governamental para desenvolver o trabalho de assistencial – protetoral, que dedicava ao cuidar da higiene e segurança física não tinha a preocupação com higiene mental da criança.

De acordo com Oliveira (2011),

[...] O surgimento, na década de 40, de psicólogo para trabalhar em parques infantis então existentes em algumas cidades reforçou o enfoque de higiene mental, de influência norte-americana, que foi usado como justificativa para o trabalho nessa nova modalidade de atendimento pré-escolar e punha ênfase na possibilidade de as crianças matriculadas apresentarem desajustes de personalidade e outros problemas de desenvolvimento. Essas perspectivas apontavam as vantagens das creches e parques infantis como agências promotoras da segurança e da saúde sem, contudo, aprofundar-se na análise crítica dos fatores econômicos, políticos e sociais presentes nas condições de vida da população mais pobre, (OLIVEIRA,. 2011, p. 101).

Na metade do século XX o Brasil continuou concentrado no capitalismo e no acumulo de riquezas, impedindo que a polução tivesse melhores condições de vida. Com esse aumento do capitalismo as mulheres eram necessárias no mercado de trabalho, as creches em período integral passaram a ser procuradas tanto por funcionários públicos como do comércio. Com tantas mudanças acontecendo nesse contexto da educação infantil a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) aprofundou nas perspectivas que se tinham para a educação de crianças pequenas. Art. 23 – “A educação pré-primária destinasse aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância”. Art. 24 – “As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, intuições de educação pré-primária”.

Oliveira (2011), destaca a nova legislação sobre o ensino formulada em 1971 (Lei 5692) que trazia novidades para a área da educação infantil. “Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes”. Isso se deu a partir do progresso dos centros urbanos, do trafego, do comercio e do ramo imobiliário. Devido a estes fatos, as crianças perdiam espaços aonde poderiam brincar e passar o dia, alguns segmentos sociais preocupados com a segurança dos pequenos defendiam a necessidade das creches e da pré-escola.

Durante a década de 1970, era grande a demanda por creches e pré-escola, foi nesse período que houve o processo de municipalização da educação diminuindo as vagas nas redes estaduais e ampliando as vagas nas redes municipais. Em 1974 o ministério de Educação e Cultura criou o Serviço de Educação Pré-escolar, e a Coordenadoria de Ensino Pré-escolar em 1975. Em 1977 a Legião Brasileira de Assistência criou um programa nacional de educação pré-escolar em massa (Projeto Casulo), que possibilitava que as mulheres com filhos pequenos pudessem sair para trabalhar e ajudar na renda familiar. O projeto acolhia uma enorme quantidade de crianças em um período de quatro ou oito horas diárias no combate à desnutrição.

Oliveira (2011), descreve a década de 80 com muitos movimentos da população, de operários e feministas na luta pela democratização do país e do combate às desigualdades sociais. Grande parte da população reivindicava creches e pré-escolas para deixar seus filhos enquanto eles trabalhavam com a pressão dos movimentos o poder público aumentou o número de creches, tanto aquelas mantidas diretamente pela administração pública como as creches particulares conveniadas com o governo municipal, estadual e federal. Embora o poder público tinha aumentado o número de creches e pré-escolas não era suficiente para a quantidade de crianças, levando o governo a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena como; as mães crecheiras, os lares vicinais, creches domiciliares ou creches lares, que eram subsidiado por programas assistenciais de baixo custo. Pode-se deduzir que esses atendimentos não atendiam as necessidades essenciais, porque continuavam com práticas assistencialistas.

Ainda nessa mesma década, destaca-se o termino do período militar em 1985, com novas políticas ficou em evidência que o cuidado da criança não era responsabilidade somente da mãe e da família, mas também ao Estado e das empresas. foi com muita luta que a educação infantil foi reconhecida na Constituição 1988, como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. “o dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (BRASIL, 1988, art. 208).

Em 1990 houve um marco importante na história da Educação Infantil, no dia 13 de julho de 1990, era criado a nova lei de proteção ao cidadão menor, Lei nº 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reafirmou os direitos constitucionais em relação a educação infantil, em 1994 o MEC estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (Estatuto da criança e adolescente, artigo 54, 1990).

Essas conquistas anteriormente citadas contribuíram para a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei 9394/96, estabelecendo a educação infantil como etapa inicial da educação básica, essa sem dúvida foi uma grande conquista. As crianças carentes deixam de ser assistidas por instituições que são ligadas a órgãos de assistência social e passam a ser educadas como sujeitos de direitos em desenvolvimento, pensantes e passiveis de uma educação formal, além disso, a lei dispõe princípios de valorização dos profissionais da educação e estabelece critérios para o uso de verbas educacionais. Neste contexto, Oliveira (2011), destaca que,

[...] atribuir flexibilidade ao funcionamento da creche e da pré-escola, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e práticas pedagógicas. Define níveis de responsabilidade sobre a regulamentação da educação infantil - autorização, credenciamento, supervisão e avaliação institucional – dentro dos sistemas de ensino estaduais e municipais enquanto sistemas próprios ou integrados. Cria ainda mecanismos que possibilitam dar maior visibilidade do atendimento dos gastos para o gestor da educação e para os usuários do serviço: não se permitem mais cursos livres nem apenas registro em cadastros de assistência social, (OLIVEIRA, 2011, p. 118).

No final do século, era notório algumas mudanças no contexto da educação dos pequenos, porém ainda tem muitas coisas a ser conquistadas já que existem novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem, tudo isso, muda a maneira de como as propostas pedagógicas deverão ser pensadas. Decorrente dessas novas necessidades foi elaborado um Referencial Curricular Nacional pelo MEC e Diretrizes Nacionais para Educação Infantil foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação. De acordo com Oliveira (2011),

As diretrizes de 1999 (parecer CNE/CEB nº 22/98 e Resolução CNE/CEB nº 01/99) partiram da crítica às políticas públicas para a infância historicamente construídas no pais, baseadas em iniciativas de assistência aos pobres e sem um caráter emancipatório, e defenderam um novo paradigma de atendimento com base na Constituição Federal de 1988, que definiu o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade em instituições de Educação Infantil com um direito social não apenas dos filhos de trabalhadores rurais e urbanos, mas também como um direito da criança, (OLIVEIRA, 2011, p. 119).

Oliveira (2011), afirma que as diretrizes vêm para tratar do cuidar e do educar integral da criança, com uma concepção sujeito ativo, que interage com o mundo por meio da brincadeira com direito de usufruir da sua infância. As diretrizes, também vai mostrar as condições necessárias para a concretização dessas concepções por meio da avaliação, da formação de professores, da formação de gestores, do cuidado multidisciplinar à criança e por meio das condições estruturais e conjunturais para o trabalho pedagógico. Isso não quer dizer que a qualidade do trabalho pedagógico em creches foram os melhores, algumas pesquisas realizadas alguns anos após a implantação das Diretrizes mostraram que em muitos locais ainda prevalecia uma filosofia assistencialista de trabalho, o que gerou uma grande preocupação em orientar as práticas pedagógicas cotidianas vividas nas instituições de Educação Infantil, com o objetivo de torná-las mais eficientes na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças. Segundo oliveira (2011)

A aprovação de novas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 20/09 e Resolução CNE/CEB nº 05/09) reforçou que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade, garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças, (OLIVEIRA, 2011, p. 120).

Após muitos anos de luta pelo direito da criança pequena, hoje em dia pode-se dizer que logramos muitos avanços no contexto da Educação Infantil. Isso se deu por vários movimentos feministas e dos trabalhadores que contribuíram para a criação de todas as leis citada neste texto. Oliveira (2011), também diz (afirma) que as novas diretrizes traçam orientações para a Educação infantil em várias localidades do território brasileiro, atendendo aquelas crianças que ainda eram consideradas invisíveis, como; a população indígena, do campo, ribeirinha, quilombola, as crianças com deficiências , transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estão incluídas na Educação básica que vai da Educação Infantil até ao ensino médio.

As instituições de Educação Infantil passam a entender que o cuidado é indissociável ao processo educativo, promovendo a reflexão e intervindo no combate ao preconceito, estas questões devem ser trabalhadas com os pequenos desde os anos iniciais. As novas diretrizes trazem alguns pontos do sociopolítico e pedagógica da Educação Infantil que contribuíram para que o desenvolvimento infantil seja em direções mais críticas, afetuosas, lúdica, colaborativas e solidarias.

O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi desenvolvido em cinco etapas, A (BNCC) o mesmo faz parte do Plano Nacional da Educação, previsto na Constituição Federal de 1988. A primeira versão foi redigida em 2014, em 2015 foi aberto a votação publica com a colaboração de todos os interessados, no ano seguinte foi enviada a segunda versão em todos os estados do país para ser debatidas, em 2017 foi apresentado a terceira versão juntamente com um novo ciclo de debates, e por último a BNCC foi homologado no dia 17 de dezembro de 2017. O tempo máximo da implementação em todas as instituições do território nacional é até no final de 2019.

O processo educacional se inicia com a Educação Infantil que está inserida na educação básica, essa fase é quando as crianças deixam o seu lar para a vivenciar a sua primeira experiência social estruturada, já destacamos em vários trechos desse texto a luta pelo os direitos dos pequenos como sujeito ativos e de direitos que precedem de uma educação baseada na concepção do cuidar e educar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. As creches e pré-escola tem o objetivo de aumentar as experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Na BNCC a Educação Infantil e dividida em direitos de aprendizagem e desenvolvimento, na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Já no campos de experiências, considera os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: O eu, o outro e o nós – Corpo, gestos e movimentos – Traços, sons, cores, e formas – Escuta, fala, pensamento e imaginação – Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Em cada campo de experiências, são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária, os bebês de 0 a 1ano e 6 meses, crianças bem pequenas de 1ano e 7 meses até 3 anos e 11 meses e as crianças pequenas que começa com 4 anos até 5 anos e 11 meses Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2017).

Inúmeras conquistas devem acontecer nessa fase da vida das crianças, como a autoconfiança, a autoestima, vínculos afetivos, empatia, respeito pelo próximo, compreensão de regras e valores sociais, são fatores responsáveis pela constituição de cidadãos ativos, críticos, engajados e que, no futuro, poderão agir em prol da sociedade e do país promovendo mudanças favoráveis a toda a população. Isso tudo será possível a partir de uma educação de qualidade para todos.

# CAPITULO 2 - A IMPORTANCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIAZAGEM DA CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS

## 2.1 Literatura, brincando com as palavras

O lúdico está presente na literatura Infantil, por meio dos contos, dos poemas e das histórias infantis que estimula a imaginação da criança, por intermédio da literatura a criança ativa sua imaginação e a abstração despertando a pureza, a esperança e os sonhos. A leitura vai além de codificar e decodificar códigos, ou seja, a pratica da leitura proporciona um amplo conhecimento do mundo permitindo aos pequenos a sua própria interpretação por meio da imaginação.

O ato de ler tem que ser um momento prazeroso, para que as crianças se sintam à vontade em escutar ou ler uma história. É importante deixar a criança manusear o livro, explorar esse objeto da maneira que ela tenha interesse, mesmo sendo bem pequena a criança aprende por meio da curiosidade, manuseando o livro ela pode ver os desenhos, desenvolver a sua capacidade motora no trocar de páginas e desenvolver a parte cognitiva. Para o escritor Ziraldo, a leitura torna-se um momento de prazer e de alegria, desde que seja estimulada a partir dos próprios interesses da criança. De acordo com Jamir et *al* (2000),

A experiência literária pode ser realizada das diversas modalidades da literatura Infantil: a poesia folclórica (quadrinhas, adivinhas, parlendas, trava-línguas, cantigas de roda); a poesia autoral; os contos de fada; as fabulas; as histórias em quadrinhos; os livros de imagem; os contos acumulativos; as histórias autorais; entre outras, (JAMIR *et al.,* 2000, p. 9).

A literatura é diversificada, é considerada uma arte que tem várias oportunidades de acesso, que devem ser trabalhados em momentos adequados e de acordo com cada faixa etária, isso possibilita a ampliação do potencial da leitura. Jamir et al. (2000) afirma que para o êxito do trabalho pedagógico com a literatura, é necessário observar os critérios adotados na seleção das obras que serão apresentadas às crianças, é de suma importância um planejamento frequente das atividades para desenvolver um trabalho prazeroso. As crianças em contato com a literatura poderão ampliar a capacidade de interpretar a realidade e de usar a linguagem tanto oral como escrita em sua dimensão interativa.

O desenvolvimento da criança é acionado a partir das brincadeiras e do efeito lúdico da arte, por isso é prescindível que os pequenos tenham contato com a literatura e com todas as manifestações artísticas desde o contexto familiar, essa experiência tem que ser despertada pelo prazer que o lúdico oferece aos pequenos.

Segundo Jamir (2000, p. 12) A experiência literária deve ser iniciada pela via do prazer; deve ser despertada a partir de sua natureza lúdica; deve ser cultivada como um mundo imaginário/fictício, mas que pode nos levar a uma reflexão crítica do mundo real. Tudo isso contribui para o desenvolvimento linguístico da criança, a aquisição da linguagem é um processo histórico, por meio da literatura é possível fortalecer a língua mãe, pois a criança nasce no meio de um sistema simbólico diverso que é constituído e elaborado socialmente com várias atividades já produzidas, isso auxilia no desenvolvimento e ao mesmo tempo permite a apropriação dos conhecimentos das gerações precedentes. De acordo com Oliveira (2011),

As crianças se apropriam progressivamente das regras de ação e de comunicação que surgem em seu entorno, pondo-as em pratica em sua atividade e em suas primeiras produções verbais. Em seguida, interiorizam tais regras e elaboram uma linguagem interior constituída de significações verbais contextualizadas e organizadas de acordo com uma lógica da ação, ou logica implicativa, (OLIVEIRA, 2011, p. 119).

Jamir (2000), defende a vivência literária como uma boa proposta para o desenvolvimento da criança, em primeiro lugar a literatura Infantil se prende a conteúdos de interesse da criança em nível temático, em segundo lugar os conteúdos poderá despertar a criança para as características sintático-semânticas da língua escrita, que seria a relação entre o sentido das palavras e a sua representação gráfica. Considerando o efeito lúdico e motivador, o principio construtivista, em que a criança aprende o que vivencia e o que tem sentido.

Enfim, dada a sua afeição lúdica, é natural o fascínio que a literatura causa em nós, pois ela desperta a imaginação, a pureza, o encanto e a sensibilidade. A literatura é extremamente importante para a formação do indivíduo, ela contribuiu no desenvolvimento intelectual da criança por meio das brincadeiras, da imaginação, instiga a curiosidade, desenvolvem a linguagem e ajuda na construção da autonomia.

## 2.2 O desenvolvimento da imaginação e da criatividade da criança nos anos iniciais

Desde o início da humanidade, existe uma grande tentativa de descobrir o ser humano em sua totalidade, por parte de diversos pensadores, assim, solidificou-se no século XIX a sociologia, análise do indivíduo como um estudo de maior profundidade. Desse modo, o homem é abordado conforme a realidade em que ele se encontra dando ênfase no seu comportamento em relação a dimensão em que ele se encontra. Em detrimento disso, foi constatado incialmente a diferenciação do ser humano para os animais, baseando-se na racionalidade dos seres, estabelecendo mediante pesquisas que o homo sapiens é a única espécie animal de alta cognição, ou seja, um ser racional. De acordo com Cassirer, 1997 (*apud* KISHIMOTO, 2007, p. 50), “O que então distingue o homem dos animais é que aquele possui uma imaginação e uma inteligência simbólica que vai além de uma inteligência, imaginação e práticas”.

O desenvolvimento das crianças se dá através dos jogos, que ativa a imaginação e a ação. A criança precisa de tempo e de espaço para trabalhar a construção do real pelo uso da fantasia. De acordo com Kishimoto (2007),

[...] Ao permitir a ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e o desemprenho de ações sensório-motoras (físico), e as trocas nas interações (social), o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, (KISHIMOTO, 2007, p. 36).

Os jogos e os brinquedos são instrumentos de regras socias, que auxilia a estimulação da imaginação das crianças contribuindo com o desenvolvimento cognitivo. Oliveira (2011) afirma que os jogos simbólicos ou faz-de-contas são ferramentas especiais para a criação de fantasia, necessárias para o mundo da leitura não convencional. Essas ferramentas abrem caminhos para a exploração da autonomia, criatividade, significado e sentimento. Atuam também, na imaginação das crianças e habilidades de expressão, bem como outras formas de expressão. Os jogos também são ferramentas para aprender regras sociais, ou seja, a criança começa a imaginar, representar e articular outras formas de expressões permitindo ultrapassar a dimensão motora do comportamento.

Moreira (2000), traz as colaborações de Jean Piaget, que apresenta o desenvolvimento do ser humano dividido em fases que se inter-relacionam e atingem os estágios de inteligência caracterizados por maior estabilidade e mobilidade. A criança passa por quatro estágios de desenvolvimentos, sendo eles: o primeiro período compreendido pelo estágio sensório-motor (0 a 2 anos); segundo período, correspondido pelo pré-operatório (2 a 7 anos); terceiro período, operações concretas (7 a 12 anos); e por último o quarto período que são as operações formais (12 anos em diante). O indivíduo é considerado como um sistema aberto, ou seja, a produção de conhecimentos da criança é espontaneamente produzida, mediante a cada estágio de desenvolvimento em que está se encontra, o indivíduo nunca estará completo, sempre vai buscar um estágio final, porém quando atinge esse objetivo ele assimila e continua buscando novas construções. Nesta linha de raciocino, Moreira (2000), afirma que,

No desenvolvimento infantil, a criança irá reinventar todo o processo racional da humanidade e, à medida que o faz, reinventa o mundo e desenvolve-se a sua inteligência. Nesse desenvolvimento, ocorre um fenômeno ímpar, caracterizado pela acoplagem do sistema simbólico à atividade real, que lhe possibilita pôr o pensamento a serviço da ação. Por isso, Piaget acredita que a inteligência consiste em uma forma de coordenação da ação (motora, verbal ou mental) a uma situação nova, com o objetivo de: auto-organizar-se para enfrentar a situação e encontrar um comportamento (invenção, descoberta) que mantenha o equilíbrio entre o organismo e o meio, (MOREIRA, 2000, p. 17).

Dias (2011) afirma que a imaginação surge em forma de jogo sensório-motor que depois se transforma em jogo simbólico, ou seja, amplia as possibilidades de ação e compreensão da realidade. O imaginário não se confunde com o real, ele é uma ferramenta que ajuda compreender e tomar consciência do real. Segundo o referido autor a capacidade de simbolizar e de jogar com a realidade através da fantasia e dos próprios símbolos coletivamente estruturados – a linguagem verbal (oral e escrita), os mitos a religião, a ciência – é que permite ao homem viver numa nova dimensão da realidade: o universo simbólico. É a representação/simbolização que possibilita a interiorização do mundo.

Portanto, o desenvolvimento das crianças pequenas pode ser melhorado a partir das atividades que despertem a sua imaginação e a criatividade, no caso dos pequenos os jogos e os brinquedos são primordiais nesse processo de aprendizagem, autonomia, apropriação da cultura, desenvolvimento da linguagem e compreensão da realidade.

## 2.3 O jogo, brinquedo e brincadeiras no contexto da educação da criança nos anos iniciais

Existem variados tipos de jogos, tanto para crianças como para adultos, entre eles têm os jogos políticos, jogos de tabuleiro, adivinhas, contar histórias, brincar de faz-de-conta entre outros jogos. Os jogos recebem a mesma dominação, porém tem suas especificidades, alguns jogos utilizam a imaginação e outros a manipulação de objetos, outros exigem ambas competências.

Os jogos podem ser observados a partir de três níveis de diferenciações, no primeiro nível o sentido do jogo depende da linguagem. É o resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social, respeitando o uso cotidiano e social da linguagem prevendo interpretações e projeções sociais. No segundo nível os jogos também podem ser vistos como um sistema de regras que possuem uma estrutura sequencial que especifica sua modalidade e por último o sentido do jogo como objeto.

O sentido do jogo depende da linguagem de cada contexto social, ou seja, um sistema linguístico que está inserido em um contexto social com seu próprio vocabulário. As línguas são próprias de cada região e contém suas próprias regras, dessa forma, o jogo tem sentido diferente em cada sociedade e época, pois depende do valor que foi atribuído. Em determinadas sociedades a caça poderia ser vista como fonte de sobrevivência, já em outra sociedade e época, eram vistos como um jogo onde demostrava a força e as habilidades entre os homens. Cada contexto social constrói uma imagem de jogo conforme seus valores e modo de vida, que são expressados por meio da linguagem, (KISHIMOTO, 2007).

O jogo também pode ser definido como sistema de regras, esse por sua vez possui uma estrutura sequencial que serve para especificar a modalidade. Nesse caso o jogo tem regras explicitas que possibilita vários jogos com o mesmo objeto, o que determina o jogo é a regra que está sendo aplicada nesse momento. O exemplo mais simples de demostrar, é o jogo com o baralho, pode-se jogar diversos jogos utilizando o mesmo objeto, mas o que diferencia o jogo são as regras que estão estruturadas. Tais estruturas sequenciais de regras permitem diferenciar cada jogo, permitindo superposição com a situação lúdica.

No terceiro aspecto o jogo também pode ser definido como objeto. Nesse caso o jogo é materializado no objeto, como é o caso do xadrez que é simbolizado pelo tabuleiro e pelas suas peças que são confeccionados com diferentes materiais como; madeira, marfim, cristal, metal, plástico entre outros. Kishimoto (2007), afirma que os três aspectos citados permitem uma primeira compreensão do jogo, diferenciando significados atribuídos por culturas diferentes, pelas regras e objetos que o caracterizam. Outro conceito importante para compreender esse campo, é o brinquedo, que pressupõe uma relação intrínseca com a criança, já que não possui regras para sua utilização. O brinquedo desperta a representação e a expressão da imagem, recordam aspectos da realidade auxiliando na reprodução e imaginação das crianças em relação ao cotidiano, a natureza e as construções humanas. O brinquedo está associado com a infância, nesse período da vida a criança expressa no brinquedo o mundo real, os valores, os modos de pensar e agir estimulando a memória e a imaginação, recriando situações com um novo olhar.

Segundo Kishimoto (2007),

Por tais razões, o brinquedo contém sempre uma referência ao tempo de infância do adulto com representações veiculadas pela memória e imaginação. O vocábulo brinquedo não pode ser reduzido à pluralidade de sentidos do jogo, pois conota criança e tem uma dimensão material, cultural e técnica. Enquanto objeto, é sempre suporte de brincadeira. É o estimulante material para fazer fluir o imaginário infantil. E a brincadeira? É a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico em ação. Desta forma, brinquedo e brincadeira relacionam-se diretamente com a criança e não se confundem com o jogo, (KISHIMOTO, 2007, p. 21).

O jogo como uma família com múltiplas espécies e seus parentescos. Para descrever cada jogo é necessário saber as características presentes em toda rede de manifestações sobre o jogo. O jogo é um elemento de cultura produzido pelo meio social que aponta características do prazer, caráter “não-sério”, a liberdade, a separação dos fenômenos do cotidiano, as regras, o caráter fictício ou representativo e sua limitação no tempo e no espaço. Nem sempre o pesquisador consegue identificar um jogo, uma vez que se pode manifestar um comportamento que, externamente, tem a semelhança de jogo sem que esteja presente a motivação interna para o lúdico. É preciso, também, estar em perfeita simbiose com o jogador para identificar, em sua atitude, o envolvimento no jogo. O jogo inclui sempre uma intenção lúdica do jogador, (KISHIMOTO, 2007).

O jogo infantil só pode ser jogo quando for de livre escolha, ou seja, espontaneamente escolhido pela criança. O jogo infantil possui algumas características destacando entre elas as quatros mais relevantes: a não-literalidade, o efeito positivo, a flexibilidade e a finalidade em si. De acordo com Fromberg citado por Kishimoto (2007), destaca que:

O jogo infantil inclui as características: simbolismo: representa a realidade e atitudes; significação: permite relacionar ou expressar experiências; atividade: a criança faz coisas; voluntario ou intrinsecamente motivado: incorporar motivos e interesses; regrado: sujeito a regras implícitas ou explicitas, e episódico: metas desenvolvidas espontaneamente, (FROMBERG *Apud* KISHIMOTO, 2007, p. 27).

As relações entre jogo infantil e a educação teve várias versões em vários contextos e épocas, antes da revolução romântica teve-se três concepções que determinavam relações entre o jogo infantil e a educação, como; a recreação como relaxamento necessário para a mente; o uso do jogo para favorecer o ensino de conteúdos escolares e o diagnóstico da personalidade infantil. O jogo contribuiu para difundir o princípio de moral, ética e conteúdo de várias disciplinas, para Montaigne, o jogo é um instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário O jogo e a brincadeira são vistos como conduta livre que auxilia o desenvolvimento do intelecto e facilita o estudo dando ênfase para o jogo infantil que passa ajudar na aprendizagem dos conteúdos escolares.

Kishimoto (2007), destaca que que, tal forma de perceber o jogo está relacionada com a nova percepção da infância que começa a constituir-se no Renascimento: a criança dotada de valor positivo, de uma natureza boa, que se expressa espontaneamente por meio do jogo, perspectiva que irá fixar-se com o Romantismo. Esse movimento cultural que surgiu no final do século XIII, a partir de várias rupturas na Europa, acabou se espalhando e chegando até o Brasil, a arte romântica representava o pensamento da nova classe, mostrando novos princípios éticos, morais e estéticos. Afirma que o Romantismo com sua consciência poética do mundo vê uma natureza boa na criança que se pode comparar com a alma de um poeta, que por meio dos jogos os pequenos possam se expressar com características próprias, mesmo que sejam passageiras as crianças são vistas como um ser que imita e brinca na sua espontaneidade e liberdade. Neste contexto de abordagem, Oliveira (2011) afirma que,

Ao imitar o outro, as crianças necessitam captar o modelo em suas caraterísticas básicas, percebendo-o em sua plasticidade perceptivo-postural, conforme se ajustam afetivamente a ele. Com isso decodificam o conjunto de impressões que captam do outro, experimentando diversas possibilidades de ações no meio em que estão inseridas e diferenciando os elementos originais trazidos para a situação presente. Isso permite ao indivíduo como que recuperar o passado no presente, ao mesmo tempo em que este é projetado para o futuro, abrindo-se para o novo, (OLIVEIRA, 2011, p. 165).

No contexto histórico a definição de jogo infantil teve contribuições de vários estudiosos, no século XVIII, a brincadeira infantil dava ênfase na capacidade imitativa da criança e do imaginário. Já no século XIX, a psicologia da criança recebe forte influência da biologia que considera o jogo como um pré-exercício de instintos herdados, ou seja, o jogo é uma necessidade biológica, um instinto, e psicologicamente um ato voluntário. De acordo com Kishimoto (2007),

Se o jogo remete ao natural, universal e biológico, ele é necessário para a espécie para o treino de instintos herdados. Dessa forma, Groos retoma o jogo enquanto ação espontânea, natural (influencia biológica), prazerosa e livre (influencia psicológica) e já antecipa sua relação com a educação (treino de instintos), (KISHIOMOTO, 2007, p. 31).

Brougère (1998), mostra o termo que a escola nova abrange, em primeiro plano baseia-se a educação na psicologia para entender a criança, Claparède também vai dizer que a psicologia pode contribuir para a pedagogia fornecendo uma base científica. Em segundo lugar a escola nova com um pensamento intelectual permite basear os princípios em uma filosofia da natureza. Ou seja, a educação estará centrada na criança, sem esquecer que o melhor guia é ela mesmo.

De acordo com Brougère (1998),

A escola nova é aquela que procura satisfazer a espontaneidade infantil, que reconhece seu valor e pretende favorecer todas as suas manifestações, essa espontaneidade vai levar a valorizar o jogo e, de modo geral, a considerar que a escola deve ser o local de expressão da liberdade. [...] O sistema escolar deverá, em consequência, satisfazer as tendências espontâneas de atividades manifestadas pela criança em cada idade. Por fim, um dos princípios essenciais concerne à individualização da educação. Além do respeito à individualidade da criança, trata-se de deixar a cada uma o controle de seu ritmo de aprendizagem. Isso deriva do princípio da liberdade e tem origem na confiança na natureza, (BROUGÈRE, 1998, p. 136).

Kishimoto (2007) destaca na teoria piagetiana a imitação, que participa de processos de acomodação na forma de assimilação. A brincadeira é vista como ação assimiladora, ela é representada por uma forma de expressão com características metafóricas, espontâneas, prazerosas, livres semelhante ao romantismo e a biologia. Piaget vê a brincadeira como conduta lúdica, que possibilita o desenvolvimento dos estágios cognitivos e ajudam construir os conhecimentos. Outros psicólogos, em especial os freudianos, acreditam que a brincadeira infantil é uma forma de estudar e observar os comportamentos. Já Vygotsky e Bruner, centralizam o contexto sociocultural e a estrutura da linguagem para auxiliar o estudo da brincadeira.

Kishimoto (2007) traz as contribuições de vários autores, pensadores e pesquisadores, que apontam o jogo como um processo metafórico que está relacionado com os comportamentos naturais e sociais. Para Brougère as metáforas do jogo aparecem em várias áreas. Outros vão dizer que o jogo é livre, sem repressões e não obedecem às normas e regras fixas. Outros identifica o jogo como uma estrutura heurística, apesar de alguns autores criar um conceito operatório do jogo eles não discutem o significado do jogo, mas utiliza o modelo heurístico. O processo metafórico auxilia na compreensão da expressão jogo educativo ou brinquedo educativo. De acordo com Brougère (1998),

[...] O jogo educativo é o advento de uma pedagogia da confiança. Seu argumento constitutivo é de que a criança, deixada livre, não só vai-se aplicar a suas atividades com muito mais energia, mas ainda vai escolher exercícios estreitamente relacionados com sua etapa de desenvolvimento. Além disso, o jogo educativo faz da criança o próprio agente de sua educação. [...] Essa não é uma argila que seria modelada pelo adulto à sua maneira, mas um ser autônomo, que é preciso simplesmente ajudar a se desenvolver, baseando-se em sua necessidade de atividade, (BROUGÈRE, 1998, p. 157).

Portanto o jogo infantil deve ser espontâneo, livre, que traga satisfação, que desperte a imaginação, que possibilite apropriação da autonomia e que a criança tenha prazer em jogar. Esses elementos contribuem para o aprendizado e o desenvolvimento natural, linguístico, social e cognitivo da criança.

## 2.4 A Importância do brincar e do brinquedo para a criança na educação infantil

Os brinquedos e as brincadeiras a cada dia se fazem mais presente na educação infantil contribuindo com o desenvolvimento e aprendizagem dos pequenos. Os brinquedos e as brincadeiras são uma herança cultural, espiritual e simbólica transmitida de geração em geração. Esses elementos estão carregados de práticas lúdicas tradicionais, crenças, saberes, regras, sentindo, emoções e aprendizado. A infância é a fase em que a criança brinca, imagina, dá sentido e significado as coisas internalizando no sujeito, mesmo na fase adulta ele vai lembrar dos momentos cheios de fantasia, encantos, diversidades e total simbiose com o mundo circundante.

Os primeiros brinquedos e brincadeiras dos bebês se inicia no ambiente familiar, posteriormente no ambiente social, na primeira fase da vida das criança bem pequenas, a linguagem verbal e gestual é primordial para o exercício da brincadeira, desde bem pequenos a mãe e os familiares conversam com o bebê e faz diversas brincadeiras, estimulando o seu desenvolvimento, a sua identidade, os sentidos, a autonomia e a socialização. Nessa fase a criança tem contato com seus primeiros brinquedos, que nesse momento estão mais no sentido decorativo do que educativo, conforme a criança vai crescendo e se inserindo no meio social ela começa a se desenvolver e obter a capacidade de brincar e manipular os brinquedos dando sentidos e significados. Brougère (2001) afirma que;

A brincadeira humana supõe um contexto social e cultural. É preciso efetivamente romper com o mito da brincadeira natural. A criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social e seus comportamentos estão impregnados por essa imersão inevitável. Não existe na criança uma brincadeira natural. A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto, de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades. A brincadeira pressupõe uma aprendizagem social: aprende-se a brincar. A brincadeira não é inata. A criança pequena é iniciada na brincadeira por pessoas que cuidam dela, (BROUGÈRE, 2001, p. 97-98).

Sendo assim, a brincadeira é uma pratica social e cultural que auxilia o desenvolvimento do ser humano tanto no ambiente familiar, social e escolar. Kishimoto (2007), ressalta algumas modalidades de brincadeira na educação infantil dando ênfase no brinquedo pedagógico que surgiu nos tempos do Renascimento, o brinquedo pedagógico entendido como recurso que ensina, desenvolve e educa de forma prazerosa ganhou força durante o processo histórico da educação infantil, especialmente a partir desse século.

O brinquedo educativo se materializa no objeto, nesse cenário encontramos múltiplos brinquedos, assim podendo-se citar suas contribuições para o desenvolvimento e aprendizagem do sujeito. Exemplifica-se, os tabuleiros de damas e de xadrez, que trabalham com a compreensão dos números e das operações matemáticas, tanto como o quebra-cabeça que auxilia na aprendizagem das formas e cores, e os brinquedos de encaixe que trabalham a sequência de tamanhos e formas desenvolvendo a coordenação motora da criança. Conforme Kishimoto (2007),

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se consideramos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo, adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com suas cognições, afetividade, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la, (KISHIMOTO, 2007, p. 36).

As atividades lúdicas intencionadas pelo o adulto com objetivos de estimular certos tipos de aprendizagem é considerado como dimensão educativa. O educador potencializa a aprendizagem, a partir da ação internacionalizada da criança no momento em que ela brinca ou joga. A introdução das propriedades do lúdico na educação infantil contribui com o ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento. Segundo Brougère (1998)

É preciso conciliar a presença do jogo, que responde à necessidade da criança, e o objetivo educativo, que não deve ser abandonado: “jogo educativo é uma formula nova; tira todo seu valor da ideia generosa que ela quer despertar no coração das educadoras da primeira infância, pois a escola maternal não tem por missão fazer trabalhar as crianças no sentido penoso da palavra. Seu papel é preparar a educação de suas faculdades física, intelectual e moral, convidando-as a exercícios que as agradem, que sejam uma alegria para elas, pelos quais tomem gosto, chegando assim a trabalhar sem saber, (BROUGÈRE, 1998, p. 122).

Para Kishimoto (2007), o brinquedo ou jogo educativo tem duas funções, a primeira é a função lúdica, em que o brinquedo propicia diversão, prazer e até desprazer, quando escolhido voluntariamente. A segunda é a função educativa, em que o brinquedo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo. A criança estará exercendo tanto a função lúdica como a função educativa, ao apropriar-se de algum conhecimento no momento em que ela brinca, livre e prazerosamente, com um brinquedo ou jogo educativo em sala de aula.

As brincadeiras e os jogos como já foram ditos anteriormente, é uma herança cultural e social que foi passada de geração em geração expressando valores e diferentes concepções. As brincadeiras tradicionais infantis são consideradas como parte da cultura popular, ela é proveniente de várias experiências espirituais de vários povos ao longo do tempo histórico, essa cultura popular é transmitida na boca a boca (oralidade), por este motivo ela está sempre em transformação sendo considerada como um elemento folclórico, baseado na mentalidade popular, assumindo as características de anonimato, tradicionalidade, transmissão oral, conservação, mudança e universalidade. De acordo Kishimoto (2007)

A tradicionalidade e universalidade das brincadeiras assentam-se no fato de que povos distintos e antigos, como os da Grécia e do Oriente, brincaram de amarelinha, empinar papagaios, jogar pedrinhas e até hoje as crianças o fazem quase da mesma forma. Tais brincadeiras foram transmitidas de geração em geração através de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil, (KISHIMOTO, 2007, p. 38).

A ferramenta mais importante para a preservação das brincadeiras tradicionais infantil é a oralidade, conservando a estrutura inicial das brincadeiras, enquanto manifestações livre e espontânea da cultura popular. Por meio das brincadeiras, dos objetos, dos materiais e das regras utilizadas é possível saber o período histórico e as formas de convivência social da época. A brincadeira tradicional garante a presença do lúdico, da imaginação e tem a função de perpetuar a cultura infantil. (KISHIMOTO, 2007).

A brincadeira de faz-de-conta ou simbólica, auxilia os primeiros movimentos do processo da significação, imaginação e do simbolismo. A criança começa a representar e desenvolver a linguagem a partir dos dois anos de idade, ela passa a organizar um sistema de signos que vai aplicar em diversas situações, alterando os significados dos objetos, expressando seus sonhos e fantasias, ativando o imaginário e permitindo a expressão de regras implícitas que se materializam nos temas das brincadeiras. Sendo assim, assumem papeis presentes no contexto social. De acordo com Oliveira (2011),

Por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades nascentes, como as de representa o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilitadas especialmente pelos jogos de faz de conta e os de alternância, respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do dialogo interior característico de seu pensamento verbal, (OLIVEIRA, 2011, p. 167).

A brincadeira de faz-de-conta é importante para o desenvolvimento cognitivo e afetivo social da criança a partir da exploração dos brinquedos, objetos, brincadeiras e jogos. Oliveira (2011), demostra que os objetos manipulados na brincadeira são utilizados de modo simbólico, ou seja, alterando o significado dos objetos, situações, e criando novos significados. Por exemplo, a criança utiliza uma vassoura com uma finalidade diferente, o objeto não perde seu significado, mas durante a brincadeira esse objeto pode assumir outro sentido, a criança transforma a vassoura em um lindo cavalo, com o tempo ela pode articular seus movimentos como se estivesse andando à cavalo sem a necessidade de utilizar o objeto (vassoura). Isso quer dizer que a reprodução das situações é menos memória em ação e mais comportamento baseado em regra. Oliveira (2011, p. 165), destaca que “[...] A ação criativa, por sua vez necessita da imaginação, que depende de rica e variada experiencia prévia e se desenvolve especialmente por meio da brincadeira simbólica”.

A criança necessita brincar com o simbólico com o intuito de estabelecer mais relações sobre o modo de conviver com as pessoas, consigo mesma e com o mundo. Portanto, o pensamento da criança evoluiu a partir de seu comportamento e da representação de sua realidade ao brincar, de forma lúdica ela expressa seus sentimentos, que podem ser vantajosos para a sua formação cognitiva, emocional e social. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI),

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de as crianças, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação, (BRASIL, 1998, v. 2, p. 22).

Os jogos de construção são muito importantes na educação infantil, as atividades sensoriais realizadas pelas crianças contribuem para o processo de aprendizagem e crescimento, estimulam a percepção, desenvolvem a cognição, a linguagem, os aspectos sociais e emocionais. Quando seus sentidos são estimulados, as crianças tendem a aprender mais, e é por isso que a atividade sensorial é tão importante na infância. Kishimoto (2007, p. 40), “Os jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiencia sensorial, estimular a criatividade e desenvolver habilidades da criança”.

Frobel é considerado o pai dos jogos de construção, ele disponibilizou a vários fabricantes a duplicação de seus tijolinhos, pois a invenção é tão significativa que tem mais valor como ferramenta gratuita do que como algo para se obter lucro. Os jogos de blocos de construção oferecem um amplo espaço de imaginação para a criança, que pode construir o que quiser e destruí-lo ao mesmo tempo. É possível ver como as crianças livremente imaginam e constroem cidades, bairros, casas e várias coisas, isso é resultado da sua imaginação. Portanto, quando está construindo, além de manipular objetos, a criança trabalha o lado simbólico e ainda está expressa o seu desempenho mental. De acordo com Kishimoto (2007).

O jogo de construção tem uma estreita relação com o de faz-de-conta. Não se trata de manipular livremente tijolinhos de construção, mas de construir casas, moveis ou cenários para as brincadeiras simbólicas. As construções se transformam em temas de brincadeiras e evoluem em complexidade conforme o desenvolvimento da criança, (KISHIMOTO, 2007, p. 40).

O texto descrito enfatiza a importância do brincar, dos brinquedos e das brincadeiras para a aprendizagem e desenvolvimento da aprendizagem na primeira infância. Por meio desses fatores culturais e sociais, podemos disseminar todo o conhecimento acumulado na história. Esses elementos estão repletos de hábitos tradicionais, de crenças, saberes, regras, sentidos, emoções e aprendizado. A ludicidade ajuda a desenvolver os sentidos, a linguagem, a cognição, a autonomia e a identidade da criança. A infância é uma fase em que a criança brinca, imagina, dá sentido e significado às coisas interiores no sujeito, mesmo depois de crescer, ele ainda se lembrará de momentos cheios de fantasia, charme, diversidade e ligação com o mundo que o cercava.

Os autores Lima (2000) e Grougère (1998), em suas obras relataram a importância do brincar para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, pois brincar é um trabalho que as crianças realizam desde a infância, mas não percebem que é um trabalho. Eles consideram que o brincar é uma experiência criativa, uma forma básica de viver, que é intensamente real para a criança. O lúdico é a melhor ferramenta de aprendizado e desenvolvimento em vários sentidos (incluindo os emocionais, físicos e cognitivos), especialmente no uso da linguagem, cultura, autonomia, identidade e compreensão da realidade. Segundo Lima (2000, p. 36), “A criança aprende, ou seja, compreende e aguenta os desafios da realidade, criando, através de vários tipos de jogos, a sua leitura e explicação do que vive ou deseja viver”.

A convivência com o lúdico pode exercer um papel fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem do sujeito em toda sua vida. O lúdico é um decodificador e facilitador que ajuda a assimilação, entender os significados, até mesmo os que estão obscuros. Isso contribui para o processo de construção do saber, auxilia a forma de como ele vê o mundo e sua realidade. Brougère (1998, p. 196), afirma que, “os jogos da infância refletem indubitavelmente os ideais da sociedade adulta: e o jogo é um processo de socialização que prepara a criança a assumir seu lugar nessa sociedade”.

A metodologia lúdica, tanto para crianças como para adultos, independentemente do nível de escolaridade ou modalidade, é importante para o processo de aprendizagem e desenvolvimento. Vários estudos afirmam que é mais eficaz o aprendizado quando ele é de forma prazerosa, livre e com amor.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho é enfatizar a importância do lúdico na educação infantil, a fim de proporcionar uma visão ampla dos diferentes tipos de atividades que podemos desenvolver com objetivo de despertar os sentidos e fortalecer o desenvolvimento físico, afetivo e cognitivo. Brincar é uma necessidade humana, proporciona à criança uma interação com o meio em que vive e com o outro, sendo considerada um meio de expressão e aprendizagem por meio de atividades interessantes que integrem valores, autonomia, cultura, novos conhecimentos, habilidades, criatividade e auxilia na socialização. Portanto, a criança encontra um equilíbrio entre realidade e ficção, e tem a oportunidade de conhecer a si mesmo e o outro.

O lúdico é muito importante para o ser humano em todas as fases da vida. As brincadeiras e os jogos transcendem a função de diversão, pois, com o lúdico fica mais fácil atingir a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, social e cultural. Com as brincadeiras e os jogos, as crianças aprendem e se desenvolvem a partir das regras, das interações e dos papeis sociais que contribui para a aquisição da autonomia exercitando a atenção, a memória e a imaginação.

As relações entre jogo infantil e a educação teve várias versões em vários contextos e épocas, o jogo contribuiu para difundir o princípio da moral, ética e conteúdo de várias disciplinas, o jogo é um instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário, são vistos como conduta livre que auxilia o desenvolvimento do intelecto e facilita o estudo dando ênfase para o jogo infantil que passa ajudar na aprendizagem dos conteúdos escolares. Portanto, esta etapa da educação básica deve ser compreendida e desenvolvida de forma que as crianças sejam vistas e educadas como sujeitos de direitos, que desenvolvam a autonomia e capacidade cognitiva, físico e social de acordo com suas especificidades.

Sabemos que a Educação Infantil não teve lugar de destaque durante o século XX, na Europa e que o processo de evolução e conquistas não foi fácil, nesse período as crianças eram consideradas como adultos em miniaturas, a infância era negada, deixando a educação dos pequenos na responsabilidade das famílias, havia um alto índice de mortalidade e abandono. Devido ao grande número de abandono surgiram algumas instituições com caráter assistencialista. O processo de construção da Educação Infantil teve participação de vários filósofos, escritores, educadores entre outros estudiosos na Europa, que contribuíram gradativamente para o desenvolvimento das teorias da educação dos pequenos com o objetivo de acabar com as práticas de assistencialismo.

 No Brasil, esse processo não foi diferente a criança pequena não tinha destaque na sociedade, o cuidado desses pequenos era responsabilidade de algumas instituições de caráter assistencialista e religioso, essa situação agravou-se com a abolição da escravatura no país, gerando uma grande migração para a zona urbana ocasionando um grande número de crianças abandonadas. Devido a este cenário, vários movimentos se manifestaram em busca de uma educação de qualidade que contribuísse com o desenvolvimento integral da criança.

 Por meio desse trabalho, descobri claramente que o brincar promove o conhecimento do mundo, da linguagem, das regras e da prática educativa socializada na educação infantil. Obviamente, a combinação de jogos e brincadeiras são muito importantes para as crianças na aprendizagem da primeira infância, pois elas brincam e ensinam, e estabelecem regras para as atividades planejadas pelo professor. Portanto, brincar é uma necessidade básica para a saúde física e mental, pois as múltiplas dimensões do brincar podem levar à comunicação mútua entre as crianças e o mundo adulto. Partindo de uma prática efetiva e alcançando resultados notáveis, divertir-se é, sem dúvida, uma das melhores opções para repensar o processo educacional.

Essa pesquisa possibilitou-me a reflexão sobre a importância do lúdico aliado aos jogos e brincadeira, pois os mesmos auxiliam no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças no seu ambiente familiar, social e escolar, acrescentando-me conhecimentos e opiniões sobre o tema, porém, entendo que seremos eternos aprendizes, e o nosso conhecimento deve estar sempre em formação continua.

# REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, v. 02. 1998.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE/CEB, 2010.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília; MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br (links para um site externo. Acesso em: 12 out. 2020.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Medicas, 1998.

CERVO, Joao Olavo. **Metodologia cientifica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIAS, Marina Célia Moraes. Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar. In: KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação** [S.l: s.n.], 2006.

https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/veterinaria/brincar-o-jogo-e-o-desenvolvimento-infantil-na-teoria-da-atividade/5756

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto. **Estudo de caso, uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, A.F.F.; SANTOS, E. C. M. A Importância do brincar na educação. 2009

VELASCO, Cacilda G. **Brincar, o despertar psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

1. \* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. [↑](#footnote-ref-1)
2. \*\* Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. antonio.evaldo@uol.com.br [↑](#footnote-ref-2)